

XII MANDATO

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Ata Nº. 39**Reunião ordinária pública de 23 de abril de 2019**

Aos **vinte e três dias de abril de 2019**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas **catorze horas e trinta minutos**, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Braga sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com a presença dos Srs. Vereadores Maria Helena Fernandes Teixeira, Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Artur Jorge Oliveira Feio, Firmino José Rodrigues Marques, Miguel Sopas de Melo Bandeira, Alberto Carlos Carvalho de Almeida, Liliana Angélica Costa Matos Pereira, Lídia Brás Dias e João Vasconcelos Barros Rodrigues. Verificada a presença de todos os membros o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. Secretariou Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva. Para conhecimento é presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 16. De seguida, dispensada como está a leitura da ata da reunião anterior (número trinta e oito), por deliberação tomada em reunião de vinte e três de outubro de dois mil e nove, passou-se à apreciação do expediente pela ordem seguinte. **PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO A JOSÉ PLÁCIDO DA COSTA BRAGA COM A CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA:** Submete-se à consideração do Executivo o processo disciplinar em epígrafe, em que o instrutor do processo, no seu relatório final, propõe a aplicação da pena de suspensão por um período de 25 dias, nos termos previstos nos artigos 181º, nº. 3 e 186º da LGTFP. A referida deliberação deverá ser tomada por escrutínio secreto, atendendo à matéria em apreciação (conforme o nº. 3, do artº 55º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).” **Deliberado**

aprovar com 6 votos a favor, 1 branco e 1 contra". ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS: Submete-se para apreciação do Executivo, nos termos do previsto no nº. 1 do artº. H-1/18º do Código Regulamentar do Município de Braga, os pedidos de isenção de taxas municipais constantes dos mapas que se anexam. **"Deliberado aprovar. Dar conhecimento à Assembleia Municipal".**

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - FREGUESIAS: Submetem-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal os Contratos Interadministrativos de delegação de competências:

- **Freguesia de Figueiredo**, para a execução da obra denominada **"Alargamento Rua Calçada do Outeirinho"**, no montante de **2.647,62 €**.
- **União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, para a execução da obra denominada **"Rua 13 de Maio – Alterações de pavimentação, pluviais, entradas e passeios - Celeirós"**, no montante de **138.361,07 €**.
- **União das Freguesias de Morreira e Trandeiras**, para a execução da obra denominada **"Poça da BÁCORA (Trabalhos Suplementares) – Morreira"**, no montante de **36.138,48 €**.
- **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)**, para a execução da obra denominada **"Alargamento e Pavimentação da Rua da Longra – 2ª. fase"**, no montante de **41.614,16 €**.

"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal".

ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS: Submetem-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- À **Freguesia de Gualtar**, no montante de **10.000,00 euros**, destinado a apoiar a **"Aquisição de viatura para serviços diversos de apoio da autarquia"**.
- À **Freguesia de Figueiredo**, no montante de **600,00 euros**, destinado a apoiar a realização da Procissão do Senhor dos Passos.
- À **União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e**



Vimieiro, no montante de **600,00 euros**, destinado a apoiar a realização da Procissão do Senhor dos Passos de Celeirós. **À Freguesia de S. Vítor**, no montante de **750,00 euros**, destinado a apoiar o Cortejo Bíblico "Vós sereis o meu povo" conhecido como Procissão da Burrinha. **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal". ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/ENTIDADES:** Submetem-se à apreciação do Executivo as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: Da **Srª Vereadora da Área da Educação e Cultura:** - **Ao Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga**, no montante de **4.210,85 €**, destinado à aquisição de trajes de folclore. Aos Agrupamentos de Escolas e **Conservatório de Música Calouste Gulbenkian**, no montante de **18.030.10 €**, destinado ao apetrechamento de material para as provas de aferição - 2º. Ano de escolaridade. Ao **Conservatório de Música Calouste Gulbenkian**, no montante de **600,00 €**, destinado a comparticipar no Concurso Nacional de Canto dos Conservatórios Oficiais de Música. Ao **Agrupamento de Escolas André Soares**, no montante de **480,00 €**, destinado a comparticipar a atribuição de prémios aos vencedores no âmbito da 1ª. Feira de Ciências. À **Fábrica da Paróquia de S. Jerónimo de Real**, no montante de **600,00 €**, destinado a comparticipar nas despesas da Procissão do Senhor dos Passos. À **Rusga de S. Vicente – Grupo Etnográfico do Baixo Minho**, no montante de **600,00 €**, destinado a comparticipar nas despesas da Corrida/Desfile do Entrudo. À **Associação Cultural e Recreativa Semear Alegria**, no montante de **600,00 €**, destinado a comparticipar nas despesas do festival de teatro amador intitulado "FestivArte d'Alegria". A **ACINAC – Associação Cinema em Ação**, no montante de **2.800,00 €**, destinado a comparticipar nas despesas do ciclo de cinema Lucky Star. Submete ainda as seguintes **propostas de parceria institucional** a celebrar entre

o **Município de Braga e Associação de Motoristas aposentados dos TUB**, para atribuição de um apoio financeiro no valor de **1.050,00 euros**, e **Município de Braga e Bombos com Alma – Associação para o estudo da percussão tradicional** para atribuição de um apoio financeiro no valor de **2.000,00 euros** de acordo com as propostas em anexo. Da **Srª Vereadora da Área do Desporto** submetendo à apreciação do Executivo as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, no âmbito do Orçamento **"Tu Decides"**, nos valores **24.850,00 €, 7.414,00 €, 17.000,00 € e 25.000,00 €** às entidades constantes da proposta que se anexa. - **ARCUM – Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho**, no montante de **10.000,00 euros**, para dar continuidade ao festival **"Do Bira ao Samba"**. - **Associação Columbófila do Distrito de Braga**, no montante de **500,00 euros**, para compartilhar nos custos da organização da atividade **"Torneio Cidade de Braga – Minglanilha II. *"Deliberado aprovar"***. **INFORMAÇÃO RELATIVA AOS AUTOS DE VISTORIA EFETUADOS AOS EDIFÍCIOS, CONJUNTO PATRIMONIAL (ARTIGOS U-1230 E U-1231) DO SOLAR DA PENA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE CRESPOS E POUSADA (S. PAIO), PARA EFEITOS DO PREVISTO NO Nº. 4 DO ARTº. 46º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI), RELATIVO A PRÉDIOS URBANOS EM RUÍNAS, PROPRIEDADE DE GABRIELA & JOSÉ, SA.** Da **DGUEP – Divisão Gestão Urbanística Espaço Público**, submetendo à consideração do Executivo, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação dos imóveis. ***"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU"***. **PROPOSTA DE PROCEDIMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº CPE.4.19.DMOSM – EMPREITADA DE "INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA DE LAMAÇÕES"**: Da **DMOSM** propondo a aprovação do projeto e abertura de concurso público para



execução da empreitada "Inserção da Rede Pedonal e Ciclável no Centro Urbano de Braga – Variante da Encosta – Lamações" bem como a aprovação de todas as propostas constantes do documento relativo a abertura de procedimento de formação de contrato, que se anexa.

"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU". PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE

BRAGA: Submetem-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as seguintes propostas de alteração ao CRMB: - Versão final da alteração ao Código Regulamentar – Parte E, Título I – Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços; - Versão Final da alteração ao Código Regulamentar - artigo D/3º, Parte D, Título II (Ocupação do Espaço Público e Publicidade) e o artº I/30º, Parte I (Fiscalização e Sancionamento de Infrações). - Projeto de alteração ao código Regulamentar, na parte referente ao "Parque de Campismo" e Alteração ao Regulamento Interno do Parque, nos termos constantes do processo.

"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU". SUBSISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS

(SIADAP 1) – 2018: Do DMGAP-DISIQ submetendo à consideração do Executivo as avaliações de desempenho das unidades orgânicas (SIADAP 1) – 2018, que se anexam. **"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU".**

PROCESSO RELATIVO À ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DESTINADA ÀS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA: Do DMGAP-DACPGP

submetendo à consideração do Executivo Municipal o processo mencionado em epígrafe. **"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU".**

DIVISÃO DO DESPORTO JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO – CONTRATOS-PROGRAMA: Da Divisão do Desporto Juventude e

Associativismo submetendo à consideração do Executivo os seguintes contratos-programa a celebrar entre o Município de Braga e as seguintes entidades, para a época desportiva 2018/2019: - **Associação de Atletismo de Braga**, no valor de **7.036,00 €**, nos termos do contrato anexo; - **Associação de Voleibol de Braga**, no valor de **979,00 €**, nos termos do contrato em anexo; Submete-se ainda o **contrato-programa (aditamento)** a celebrar entre o **Município de Braga** e a **Associação Dança Desportiva Baixo Minho**, no valor de **627,00 €**, para a época desportiva 2018/2019, nos termos do contrato em anexo. **"Deliberado aprovar"**. **PROJETO EDUCATIVO LOCAL:** Da **Srª Vereadora da Educação** submetendo à consideração do Executivo a proposta relativa Projeto Educativo Local, proposta essa que se anexa. **"Deliberado aprovar"**. **OUTROS ASSUNTOS:** - O Sr. Presidente convidou a vereação para a sessão pública de apresentação do diagnóstico e perspetivas para intervenção no nó de Infias, a realizar no dia 29 de abril, pelas 11,00 horas, no Centro Cívico de S. Vicente. Pelo Sr. Vereador Carlos Almeida, foi dito que o Bairro Social do Picoto, construído há 20 anos continua a degradar-se. Alertou para a visível degradação do bairro, para as condições desumanas em que vivem muitas famílias, considerando mesmo que parte das habitações não têm condições mínimas de habitabilidade. O realojamento é a medida mais ajustada, já que, o estado de degradação do bairro construído há duas décadas para alojar uma comunidade cigana que viveu em barracas junto à Avenida Viriato Nunes, no sopé do Monte Picoto, não tem solução em termos de reabilitação. O Sr. Presidente reconheceu a degradação deste bairro social, mas avisou que o realojamento de todas as famílias seria um processo muito moroso, pelo que a estratégia passa pela transferência de algumas famílias que estão em casas mais degradadas para outras que se encontram devolutas, antes de uma intervenção mais profunda que terá de esperar pela regularização

da propriedade dos terrenos onde o bairro foi construído. Revelou que os terrenos ainda são propriedade da Diocese de Braga, recordando q intenção de cedência dos mesmos mediante um acordo de permuta com outra parcela que, entretanto, foi ocupada pelo Município para a construção de acessos à estrada variante do Monte Picoto. Estamos há cinco anos a dialogar com a Diocese de Braga uma solução alternativa, que pode ser a compra ou a expropriação dos terrenos do bairro, explicando que a Câmara Municipal ficou impedida de aceder a financiamento para a requalificação das casas do Picoto precisamente por não ser dona dos referidos terrenos. Chegou-se recentemente a acordo para aquisição dos terrenos. **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Pelo Sr. Tiago Valente em representação dos moradores da Rua Tanque de Pedra, freguesia de Priscos, foi lida a seguinte exposição: "Foi apresentada uma providência cautelar visando suspender a eficácia do ato administrativo relativo à aprovação do projeto de arquitetura de uma operação urbanística com vista à construção de um pavilhão industrial, no qual será exercida a atividade de fabricação de balanças e outros equipamentos de pesagem. Após consulta do processo de licenciamento foram claramente identificadas irregularidades relativas ao incumprimento do Plano Diretor Municipal de Braga, nomeadamente o exposto no artigo 78 e 11 do PDM, dado que: • Estando a pretensão inserida numa zona classificada como Zona de Baixa Densidade Urbana BD1, face à área (850m²), volume (5000m³) e cêrcea (9.0m) a construção não apresenta enquadramento urbanístico com a envolvente imediata, não respeitando indicadores urbanísticos como o índice de impermeabilização (78%>55%); • A construção tem impacto urbano e ambiental negativo dado que será exercida uma atividade geradora de ruído, e tendo em conta as características da rede viária, perturbará as condições de trânsito automóvel e pedonal; • Não é respeitada o tipo de atividade permitida

como uso complementar ao residencial, dado que o tipo de atividade a exercer não está expressamente indicado no Anexo V do PDM, nem tão pouco é minimamente fundamentado ou justificado que a atividade a exercer é menos gravosa que as atividades ali enumeradas. Importa referir que o Licenciamento foi realizado com base num Pedido de Informação Prévia incompletamente instruído e mal fundamentado, com base em pareceres contraditórios, como é o caso do despacho proferido pelo técnico da CM Braga Plácido Braga, de 22/06/2016, que aponta claramente para a impossibilidade da construção do pavilhão neste local? 1? O executivo apoia as decisões dos técnicos da divisão de Urbanismo, que basicamente permitem a construção deste tipo de instalações industriais em qualquer zona residencial, sem o mínimo de enquadramento, perturbando a paz e qualidade de vida e não defendendo os direitos dos moradores da cidade de Braga? 2? Ouvir dos técnicos da câmara (Eng^a. Adosinda Pereira, chefe de divisão da Gestão Urbanística e Espaço Público), "...que existem situações piores em outros locais de Braga...", ou que "... se os acessos dão para os moradores, também dão para a indústria..." são os critérios que justificam as decisões da CM Braga e que orientam o planeamento urbano do Município? Após a aceitação liminar da providência cautelar a 17/09/2018, por parte do tribunal administrativo de Braga, foi expressamente decretado pelo tribunal a proibição da execução dos trabalhos, não tendo a CM Braga ou o contrainteresado apresentado a respetiva resolução fundamentada a contrariar a deliberação do tribunal. Com esta decisão, os trabalhos encontraram-se suspensos até ao dia 01/04/2019, data em que, sem que tenha havido qualquer decisão do tribunal, o Dono de Obra retomou os trabalhos, desrespeitando a ordem do tribunal. Faz-se ainda saber que os técnicos da CM Braga puderam comprovar a retoma dos trabalhos após terem efetuado uma visita ao local a 12/04/2019, não se tendo verificado

qualquer suspensão dos trabalhos antes, durante e após essa visita. 3 - Tendo a CM Braga conhecimento da situação, urge-se que o executivo municipal tome as medidas necessárias que garantam o cumprimento da lei, bem como das ordens do tribunal administrativo, **questionando-se sobre quando e como o irão fazer**". Em relação- ao licenciamento, o Sr. Presidente, garantiu que houve "reverificação de todos os critérios" num processo que está a ser judicialmente escrutinado e que "não há qualquer desconformidade com o PDM, reforçando que não interfere com apreciações técnicas. Quanto à suspensão dos trabalhos por ordem do tribunal, remete a fiscalização para o próprio tribunal, mas comprometeu-se a verificar se houve fiscalização camarária. Pela munícipe Iva Susana Cerqueira Gonçalves Dias, foi apresentado o seguinte documento:" Ex.mo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga. Assunto: Pedido de anulação de licença emitida para a fração A do prédio urbano com os números 730 a 758, na Avenida da Liberdade, Braga. Eu, Iva Susana Cerqueira Gonçalves Dias, contribuinte nº. 213874296, venho pelo presente, expor e fundamentar os motivos do meu pedido. - Na qualidade de proprietária e moradora da fração "I" do prédio em epígrafe sou parte interessada. - Na escritura de constituição da propriedade horizontal a fração "A" (localizada no r/c) está destinada para comércio. - Esta fração entrou em obras anunciadas para "Café/restaurante" - Este destino está em desacordo com o título de propriedade. - As obras realizam-se sem o meu conhecimento prévio/consentimento. - É colocado um tubo de extração de fumos, com origem nessa fração e passagem na frente de uma janela da minha fração. - Apresento uma queixa nos serviços de fiscalização da Câmara que resultou numa vistoria onde sou informada que essa obra possui licença camarária, emitida em dezembro/2018. - Essa licença decorre de um pedido de alteração de uso da fração "A", apresentado na Câmara Municipal pelo arrendatário. - Não existe

modificação do título constitutivo da propriedade horizontal, no sentido de vir admitir a utilização desta fração para restauração e bebidas. - No processo Camarário constam 2 atas de condóminos, ata n.2º e ata n.º 7, nos seguintes teores: - Ata 6 (24 agosto 2018): — É solicitada aos condóminos permissão para a fração "A" (comércio) ser alugada para qualquer atividade de serviços, extensível às restantes frações do r/c (frações B, C, D). - A pretensão foi negada pelo condómino proprietário das frações B, E, F, H, R, S, T, U, também meu representante na fração "I", através de declaração de voto registada nesta ata. - Os votos contra a afetação das frações do r/c à atividade de serviços representaram 50% do condomínio. Esta ata está reconhecida pelo notário. - Esta ata integrou uma exposição junta ao processo do prédio (237/2016) através do registo E/51820/2018, em 18 de setembro. Ata n.º 7 (5 outubro 2018) - A convocatória da assembleia que originou esta ata fixou a seguinte ordem de trabalhos: a) ponto de situação das obras em curso nos espaços comuns do prédio; b) pedido de autorização para dividir as frações P e Q em quatro sem alteração das partes comuns; c). Outros assuntos de interesse geral. Participou nesta assembleia a totalidade dos condóminos. - A ordem de trabalhos não incluiu qualquer pedido de obras/ inovações, para além das referidas obras em curso. - A ordem de trabalhos não incluiu qualquer proposta de alteração de uso da fração A. Este assunto foi abordado nesta assembleia de forma não consensual. - Ficou registado nesta ata que se manteria o título da propriedade horizontal existente: comércio (frações A, B, C, D); habitação e atividades económicas (E, F, N, O); atividades económicas (restantes frações). Todos os condóminos assinaram esta decisão. Por conclusão desta resolução unanime o título de propriedade horizontal que vigora, e é confirmado por todos, não permite a divisão das mencionadas frações nem uma utilização da fração A que não seja aquela para que está administrativamente destinada (comércio).



- Esta ata faz parte do pedido de alteração de uso da fração A, requerido pelo seu arrendatário. Comprometimento de legislação, regras e atos administrativos: • Por se tratar de uma fração autónoma numa propriedade horizontal cujo título constitutivo define a seu fim destinado a comércio, a alteração de uso só podia ser permitida por unanimidade da assembleia de condóminos com consequente modificação do título. • A alteração de uso obriga a modificar o título constitutivo da propriedade horizontal, havendo acordo de todos os condóminos (art. 1419 do CC). • Qualquer deliberação dos condóminos que autorize a instalação de restaurante numa fração afecta a comércio, sem prévia alteração do título constitutivo da propriedade horizontal, será nula por ser contrária à lei que estipula ser vedado aos condóminos dar à sua fração um uso diverso do fim a que se destina (ponto 2, alínea c), artigo 1422 do CC). • Estas normas não são derogáveis ou ultrapassáveis, são normas imperativas.

Irregularidades: - A ata n.º 6- única que realmente manifesta a pretensão de alteração de uso da fração A e que não deixa dúvidas quanto à rejeição da mesma - deu entrada no processo em data anterior ao pedido e licenciamento da alteração de uso. - Este documento foi ignorado por quem apreciou o licenciamento. - A ata n.º 7 não valida a pretensão de alteração de uso da fração A - a assembleia composta pela totalidade dos condóminos decidiu, por unanimidade, não modificar o título da propriedade horizontal. - O conteúdo deste documento, apresentado no processo de forma pouco legível, terá sido alvo de interpretações distorcidas no sentido de legitimar o pedido de alteração de uso da fração A, já que esta pretensão foi sempre parcial por parte dos condóminos. - O pedido de alteração de uso da fração A deu entrada na Câmara Municipal à revelia do condomínio e é contrário às decisões que fixaram nas atas. • Devida à sua especificidade (transformação de produtos e serviços prestados ao cliente) os estabelecimentos de restauração e bebidas

implicam requisitos especiais, legais e regulamentares. • Compete à Câmara Municipal verificar a conformidade dos projetos com as normas e exigências de direito público pelo que é ilegal licenciar um espaço que irá funcionar como café/restaurante sem haver projetos das especialidades ou licenças do condomínio. Esta ilegalidade avoluma-se quando noutras casos apenas são emitidas licenças com esses elementos. • A alteração de utilização destina-se a verificar a conformidade da utilização prevista com as normas legais e regulamentares que fixam os usos e utilizações admissíveis, bem como a idoneidade do edifício ou sua fração autónoma para o fim pretendido (ponto 2 do Artº 62º do RJUE). • É especialmente vedado aos condóminos prejudicar, quer com obras novas, quer por falta de reparação, a segurança, a linha arquitetónico ou o arranjo estético do edifício (alínea a), ponto 2, artigo 1422º do CC). Irregularidades: - Houve alterações substanciais na fração A: instalação de uma cozinha industrial e de tubo de extração de fumos (não existiam). - Não existe projeto dessa especialidade - A localização do tubo de extração de fumos lesa gravemente as minhas condições de habitabilidade (uso de vistas, iluminação e ventilação). - Interfere também com a estética do edifício (localizado na zona histórica). - Estas alterações/ inovações não tem a permissão do condomínio nem, tão pouco, foram do seu conhecimento prévio. • Compete aos órgãos da Administração Pública prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos. (artigo 4º do CPA) • Os órgãos da Administração Pública devem atuar em estreita colaboração com os particulares, cumprindo-lhes, designadamente, prestar aos particulares as informações e os esclarecimentos de que careçam, apoiar e estimular as suas iniciativas e receber as suas sugestões e informações. (artigo 11º do CPA). Irregularidades: - Fiz pedido para analisar todo o conteúdo do processo referente ao prédio em questão e nunca me foi facultado o acesso a todos

os elementos. - Também frequentemente só tive acesso a alguns elementos depois de muita insistência, o que me impediu de tomar atempadamente conhecimento de factos que me são prejudiciais e contra os quais não pude atuar. - Esta dificuldade no acesso à documentação também se estendeu ao Provedor do Município, a quem recorri no sentido de tentar obter respostas da Câmara Municipal. Assim, Pelo exposto, solicito a nulidade da licença emitida pela Câmara Municipal para a alteração de uso da fração A, do prédio sito na Avenida da Liberdade, Nº. 730 a 758 e solicito também a reposição da legalidade urbanística. Pede-se a máxima urgência na resolução do meu pedido, considerando que as obras em referência estão finalizadas sendo de prever a abertura do estabelecimento em breve. Pede deferimento, Braga, 27 de março de 2019". Neste caso, o Sr. Presidente referiu que o licenciamento "cumpriu todos os requisitos" e admite que o volume de projetos desenvolvidos potencia o acréscimo de queixas. **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Deliberado do por unanimidade aprovar a presente ata em minuta nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, para surtir efeitos imediatos. **ENCERRAMENTO:** Às **dezasseis horas e trinta minutos** e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, que secretariei Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Gestão Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva.



